

RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.158 - PR (2019/0281327-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : LEONICE HONORATO CARVALHO
ADVOGADO : JOSE VICENTE FERREIRA - PR030900
RECORRIDO : BANCO BANESTADO S.A
RECORRIDO : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : LAURO FERNANDO ZANETTI - PR005438
GUILHERME ALVARES PEREIRA - PR065807

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por LEONICE HONORATO CARVALHO, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional, contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fls. 1.059-1.060, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL E AGRAVO RETIDO – AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO (ESQUEMA “NHOC”) – SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. AGRAVO RETIDO INTERPOSTO PELO RÉU NÃO CONHECIDO – OFENSA AO ART. 523, §1º, DO CPC/73. APELAÇÃO CÍVEL – IRRESIGNAÇÃO DA AUTORA – CAPITALIZAÇÃO ANUAL DE JUROS – NÃO CONHECIMENTO – OFENSA À DIALETICIDADE E AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL – ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA SENTENÇA PORQUE “EXTRA PETITA” COM RELAÇÃO AOS ENCARGOS DE MORA – INOCORRÊNCIA – AUTORA QUE RECONHECE A INADIMPLÊNCIA E ACUSA A COBRANÇA CUMULADA DE COMISSÃO DE PERMANÊNCIA COM OUTROS ENCARGOS – SITUAÇÃO NÃO VERIFICADA – CONTRATO DE ABERTURA DE CONTA CORRENTE NÃO JUNTADO NOS AUTOS – NECESSIDADE DE FIXAÇÃO DE ENCARGOS MORATÓRIOS PARA RECÁLCULO DO SALDO EM CONTA CORRENTE, SOB PENA DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO - TAXAS E TARIFAS BANCÁRIAS – IMPRESCINDIBILIDADE DE PREVISÃO CONTRATUAL PARA COBRANÇA, AINDA QUE DE FORMA GENÉRICA – BOA-FÉ CONTRATUAL – INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 5º, II, DA CF, 422, DO CC, 6º, III, E 46, DO CDC – COBRANÇA ILEGAL – NECESSIDADE DE DEVOLUÇÃO DOS VALORES, SALVO DAQUELAS RUBRICAS ESPECÍFICAS QUE NÃO SE CONFUNDEM COM TARIFAS, POR IMPORTAREM EM PROVEITO ECONÔMICO DO CORRENTISTA – LANÇAMENTOS SOB AS RUBRICAS 63 E 80, QUE REVERTERAM EM PROVEITO DA AUTORA – DEVOLUÇÃO EM DOBRO DOS VALORES REFERENTES AO ESQUEMA “NHOC” - IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO DO ART. 354, CCB – INSTITUTO JURÍDICO QUE NÃO SE CONFUNDE COM A CAPITALIZAÇÃO DE JUROS – REGRA QUE NÃO IMPORTA ONEROSIDADE AO CONSUMIDOR – ÔNUS SUCUMBENCIAL MANTIDO – PLEITO DE MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS INDEFERIDO – SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA – FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS – RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA

PARTE, PARCIALMENTE PROVIDO.

Nas razões do apelo extremo (fls. 1.087-1.102, e-STJ), a recorrente, além de dissídio jurisprudencial, aponta violação aos seguintes artigos:

(i) 489, § 1º, IV e VI; e 985, I e II, do CPC/2015, no que diz respeito à cobrança de taxas e tarifas não contratadas (códigos 63 e 80), por não ter o acórdão recorrido aplicado ao caso o entendimento firmado na Súmula nº 44 do TJPR, em incidente de demandas repetitivas, pelo Tribunal de Justiça do Paraná; bem como diverge do entendimento jurisprudencial consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.251.331/RS; e

(ii) 6º, III; e 46, do CDC, pois, imposta a inversão do ônus da prova, com base na legislação consumerista, não poderia o julgador decidir contra o consumidor, no que concerne à cobrança de tarifas bancárias, as quais não foram expressamente contratadas pelas partes;

Aduz, ainda, a necessidade de redistribuição dos ônus de sucumbência, pois a pretensão deduzida pela ora recorrente foi integralmente acolhida, o que demanda a atribuição integral dos ônus sucumbenciais ao recorrido.

Contrarrazões às fls. 1.113-18.118, e-STJ.

Admitido o recurso na origem, ascenderam os autos a esta Corte Superior de Justiça.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Inicialmente, não prosperam as apontadas ofensas aos artigos 489, § 1º, IV e VI; e 985, I e II, do CPC/2015, relacionadas às teses de: **a)** não aplicação ao caso de entendimento firmado na Súmula nº 44 do TJPR, em incidente de demandas repetitivas, pelo Tribunal de Justiça do Paraná; e **b)** não observância da orientação jurisprudencial consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.251.331/RS.

Da leitura do acórdão recorrido, nota-se que tal linha argumentativa não foi abordada pelo Tribunal local, no julgamento da causa, tampouco foram opostos embargos de declaração quanto ao ponto específico, carecendo, com isso, do indispensável prequestionamento, o que atrai a aplicação das Súmulas 282 e 356 do STF.

De fato, para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, de modo a definir a correta interpretação da legislação federal.

Nesse contexto, revela-se impossível a admissão do recurso especial, com fulcro nos enunciados firmados pelas Súmulas 282 e 356 do STF. Precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OBRIGAÇÃO DE FAZER. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. 1. REDUÇÃO DO DANO MORAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL PORVENTURA VIOLADO OU OBJETO DE INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. 2. ARGUMENTAÇÃO DEDUZIDA SOMENTE NAS RAZÕES DO AGRAVO INTERNO. ANÁLISE INVIÁVEL. INOVAÇÃO RECURSAL. 3. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA EM DANOS MORAIS, À LUZ DO NOVO CPC.

MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA. SÚMULAS 282 E 356 DO STF.
4. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Concernente à pleiteada redução indenizatória, os agravantes não apontaram nenhum dispositivo tido por violado a fim de viabilizar o conhecimento da insurgência sobre a matéria, cuja providência é obrigatória para os reclamos interpostos pelas alíneas a e c do permissivo constitucional. Dessarte, constata-se que a argumentação apresentada no recurso revela-se deficiente, atraindo, assim, a incidência do verbete n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. A alegação, somente na ocasião do agravo interno, de que houve ofensa a dispositivo legal, constitui indevida inovação recursal e torna inviável a análise do pleito, ante a configuração da preclusão consumativa.

3. **Verifica-se que a tese relativa à não incidência da Súmula 326/STJ, em face da atual legislação processual civil, não foi objeto de debate no acórdão impugnado, tampouco foram opostos embargos de declaração quanto ao ponto específico, carecendo, com isso, do indispensável prequestionamento, o que atrai a aplicação das Súmulas 282 e 356 do STF.**

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1473694/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/03/2020, DJe 13/03/2020)[grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO. REQUISITOS PREENCHIDOS. NULIDADE. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. NECESSIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. INOVAÇÃO RECURSAL. PROCESSO UTILIZADO COMO DIFUSOR DE ESTRATÉGIAS. IMPOSSIBILIDADE DO MANEJO DA CHAMADA "NULIDADE DE ALGIBEIRA". ALEGADA CONFISSÃO JUDICIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282/STJ E 356/STJ. REVISÃO DAS CONCLUSÕES DO TRIBUNAL ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

(...)

5. **A Corte regional não apreciou a tese da alegada confissão judicial e a parte recorrente não opôs embargos de declaração objetivando suprir eventual omissão, não estando presente o necessário prequestionamento. Incidência dos enunciados previstos nas Súmulas 282 e 356 do STF.**

(...)

7. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1181699/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 09/03/2018)[grifou-se]

2. No que toca à apontada ofensa aos artigos 6º, III; e 46, do CDC, melhor razão não assiste à insurgente.

No ponto, nota-se que o Tribunal local assentou a impossibilidade de restituição dos lançamentos formulados sob as rubricas 63 e 80, pois esses fariam referência a débitos efetuados em proveito do correntista, não se constituindo, assim, em tarifas no sentido estrito do termo. Veja-se (fls. 1.066-1.067, e-STJ):

2. – Os lançamentos indevidos.

Sustentou a Autora, ainda mais, a ilicitude dos lançamentos com os códigos 63, 80 e 97, porque não possuem identificação de causa, origem, destinação ou contraprestação, requerendo, assim, a sua restituição.

Pois bem. Em decorrência do dever de boa-fé e do direito de informação do consumidor (art. 6º, III, do CDC), junto à previsão normativa de exoneração de obrigação do consumidor frente à inexistência de informações prévias e suficientes a respeito dos deveres a que estará obrigado (art. 46, do CDC), faz-se imprescindível, para legalizar a cobrança, da existência de previsão contratual sobre as taxas, encargos e serviços prestados, mesmo que haja Resolução do BACEN prevendo a cobrança das taxas e tarifas, comportando como exceção as vedações impostas pelo próprio BACEN.

Com efeito, sem a pactuação expressa com o correntista, desaparece o traço de legalidade da cobrança, uma vez que a norma emanada do BACEN (que não é provido de capacidade normativa de conjuntura) não pode prevalecer quando em confronto com o ordenamento jurídico posto em vigor, que impõe, como princípio básico das [4] obrigações e pressuposto de essência à obrigatoriedade de qualquer contraprestação, a prévia pactuação da prestação, ainda que de forma genérica. [5] E, nesse contexto, não sendo válido para demonstrar a pactuação o contrato global acostado aos autos, porque ausente qualquer indício mínimo de que dele tinham ciência os Autores, todos os lançamentos realizados na conta a título de taxas e tarifas, sem a devida origem, devem ser restituídos, **observando-se, todavia, aqui, que a sua exclusão não inclui débitos/lançamentos efetuados em seu proveito, que não se constituem, obviamente, em tarifas no estrito sentido do termo, devidas pela prestação de serviços**, restando apenas apontar quais as rubricas que se enquadram em cada um destes grupos.

Ocorre, todavia, que os lançamentos realizados sob as rubricas “63” e “80” (apontados como indevidos), conforme já consignei em outros precedentes [6], referem-se a débitos efetuados em proveito do correntista (como transferências, pagamentos de empréstimo e pagamentos realizados em seu benefício, ou mesmo relacionados a utilização de limite de crédito), não se constituindo, por isso, em tarifas no estrito sentido do termo, o que impede a sua restituição.

Já quanto aos lançamentos realizados sob a rubrica 97, há que se esclarecer que estão relacionados a serviços prestados e não se destinam ao proveito exclusivo do correntista, importando dizer que sua cobrança demanda previsão contratual, o que autoriza o seu expurgo.

Portanto, parcialmente provido o apelo neste ponto, nos termos acima apontados.

Verifica-se que a conclusão do Tribunal revisor, no sentido de que tais encargos foram gerados em face de serviços bancários efetivamente prestados, revertendo em benefício do consumidor, foi obtida pela análise do conteúdo fático e contratual dos autos, que se situa fora da esfera de atuação desta Corte, nos termos dos enunciados 5 e 7 da Súmula do STJ.

3. Por fim, a recorrente, sem precisar qual dispositivo de lei teria sido afrontado pela decisão recorrida, defendeu a reforma do acórdão impugnado quanto à

distribuição dos ônus de sucumbência.

Entretanto, o conhecimento do recurso exige indicação do dispositivo legal tido por violado, o que não ocorreu. Desse modo, quanto ao ponto, incide o enunciado da Súmula 284/STF, sendo inviável o conhecimento da irresignação.

4. Do exposto, não conheço do recurso especial e, com base no art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 10% (dez por cento) o valor dos honorários de sucumbência arbitrados pelo Tribunal de origem, em favor da parte ora recorrida.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator